DIREITO ELEITORAL: ENTRE A LEGITIMIDADE E A CRISE DE CONFIANÇA, UM DEBATE URGENTE

Autor(res)

Stace Liz Carneiro
Luiza Cardoso Nascimento
Luciana Calado Pena
Vamberth Soares De Sousa Lima
Andrezza Feltre Da Cunha Peixoto
Carine Silva Diniz
Felipe De Almeida Campos
Habib Ribeiro David
Kannandha Nunes Costa
Cintia Batista Pereira
Eduardo Augusto Gonçalves Dahas

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

Introdução

O sistema eleitoral brasileiro, apesar de consolidado, enfrenta um momento crucial marcado por questionamentos sobre sua legitimidade e a crescente crise de confiança por parte da sociedade. As eleições, pilares da democracia representativa, têm sido alvo de debates acalorados sobre a integridade do processo, a influência do dinheiro na política, a desigualdade de oportunidades entre os candidatos e a manipulação de informações na era digital. Este trabalho visa analisar os principais desafios que o Direito Eleitoral enfrenta no Brasil, explorando as causas da crise de confiança e as propostas para fortalecer a democracia e garantir eleições justas e transparentes.

Objetivo

Analisar a crise de confiança no sistema eleitoral brasileiro, identificando suas causas e propondo soluções para fortalecer a legitimidade do processo eleitoral e garantir a participação cidadã em eleições justas e transparentes.

Material e Métodos

A pesquisa foi realizada por meio de revisão bibliográfica de leis, decretos, artigos científicos e documentos oficiais, utilizando como fontes principais:

- Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições);
- Lei nº 12.034/2009 (Altera a Lei nº 9.504/1997);

- Lei nº 13.165/2015 (Lei da Ficha Limpa);
- Lei nº 14.206/2021 (Altera a Lei nº 9.504/1997);
- Projeto de Lei nº 4.150/2021 (Reforma Política);
- Artigos científicos sobre Direito Eleitoral, democracia e participação política.

A análise dos dados foi realizada de forma qualitativa, buscando compreender as diferentes perspectivas sobre a crise de confiança no sistema eleitoral e as propostas para superá-la.

Resultados e Discussão

A análise dos dados revelou que a crise de confiança no sistema eleitoral brasileiro está relacionada a diversos fatores, como:

- Financiamento de Campanha: A influência do dinheiro na política, a desigualdade de recursos entre os candidatos e a opacidade na origem e destino dos recursos utilizados nas campanhas geram desconfiança e dúvidas sobre a equidade do processo eleitoral.
- Abuso de Poder: O uso indevido de recursos públicos e a manipulação de informações para beneficiar determinados candidatos minam a confiança na isonomia do processo eleitoral.
- Desinformação e Fake News: A proliferação de notícias falsas e a manipulação de informações nas redes sociais afetam a percepção da realidade e influenciam o comportamento dos eleitores, minando a credibilidade do processo eleitoral.
- Falta de Transparência: A falta de acesso à informação sobre as campanhas, a gestão dos recursos públicos e o funcionamento das instituições eleitorais alimenta a desconfiança e a percepção.

Conclusão

A crise de confiança no sistema eleitoral brasileiro exige ações urgentes para fortalecer a legitimidade do processo e restaurar a confiança da sociedade. É fundamental implementar medidas que garantam a transparência, a equidade e a segurança do processo eleitoral, combatendo a corrupção, a desinformação e o abuso de poder. A reforma política, a modernização do sistema eleitoral e a ampliação da participação cidadã são essenciais para construir um sistema eleitoral mais justo e democrático.

Referências

- BRASIL. Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. Dispõe sobre as eleições.
- BRASIL. Lei nº 12.034, de 28 de outubro de 2009. Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que dispõe sobre as eleições.
- BRASIL. Lei nº 13.165, de 10 de março de 2015. Dispõe sobre a inelegibilidade de candidatos a cargos eletivos.
- BRASIL. Lei nº 14.206, de 14 de setembro de 2021. Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que dispõe sobre as eleições.
- BRASIL. Projeto de Lei nº 4.150/2021. Dispõe sobre a reforma política.